ATA DA 1º REUNIÃO ORDINÁRIA – CÂMERA TÉCNICA DE GERENCIMENTO COSTEIRO – CT-GERCO 2025

Ao dia quinze do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 09h30, a Secretária Executiva do COLIT, Sra. Giovanna Falavinha, iniciou a 1º Reunião da Câmera de Gerenciamento Costeiro, instituída pela Resolução SEMA nº 043/2018. A reunião foi realizada no formato híbrido, procedendo da verificação do quórum. Virtuamente, estavam participando: Felipe Leal Alves Ferreira, representando a Superintendência do Patrimônio da União – SPU/PR, Juliano Pilotto Abelardino da Silva, representando a Fundação Nacional do Índio – FUNAI/PR, Paula Daolio Silveira, representando o Paraná Cidade – SECID, Paulo Fernando Maier, representando o ICMbio, Bruno Vasconcelos da Rosa Pin, representando o Paraná Cidade – SECID, Marcos Alberto Ahlf, representando o IBAMA, Daniela Oleinik, representando a Secretaria de Turismo – SETU, Fabricio Miyagima, representando a Secretária de Planejamento do Estado – SEPL, Nara Lucia da Silva, representando a SEDEST. Presencialmente estavam os seguintes representantes: Daniel Hauer Queiroz Telles, representando a Instituição de Ensino Superior – UFPR, Jackson Cesar Bassfeld, representando a Associação dos Municípios do Litoral do Paraná – AMLIPA, Chayanne Alessandra Telles, representando a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes – SEPL, Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição, representando as Organizações Não Governamentais pelo CEDEA e Giovanna Falavinha Razente como Secretária Executiva do COLIT. Após as apresentações, constatou-se haver quórum para a instalação da reunião, com 11 entidades presentes.

A Secretária Executiva iniciou a reunião passando a palavra para o Professor Daniel Telles, que iniciou sua fala contextualizando o motivo da reunião, o histórico e os objetivos para os próximos anos. Na fala do Professor, foi mencionado que a Câmara Técnica foi criada em 2018 pela Resolução 43, da então Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), e que, através dessa Resolução, nossas atividades tiveram início em 2019. Na página da CT-GERCO, vinculada ao COLIT, há diversas memórias de reuniões e trabalhos já realizados por essa Câmara Técnica.
Daniel Telles: Nas primeiras reuniões, fizemos uma construção de alinhamentos sobre as

atribuições dessa câmara e, com base na resolução, começamos a elaborar o regimento. O regimento é muito semelhante à resolução, mas traz alguns detalhes operacionais que eram necessários em relação àquela norma. Com o regimento aprovado, na quarta reunião da Câmara, passamos a contar com uma presidência de sessão, na qual meu nome foi eleito, e desde então seguimos nessa situação. Durante esse tempo, desenvolvemos discussões sobre o sumário executivo para o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e ainda não foi implementado, visto que, nós tivemos um apagão dessa agenda de política pública. Durante esse período, também realizamos discussões sobre as demandas que surgiam. Uma delas foi a erosão da praia de Caieiras. Sempre que surgia uma demanda técnica devidamente embasada — neste caso, foi o município que solicitou —, montávamos um grupo de trabalho com os membros, e esses membros faziam considerações técnicas e recomendações. Isso não tem força deliberativa, pois essa é a função do COLIT, mas tem força técnica sobre a melhor decisão disponível.

Por isso, a composição da câmara é formada por servidores técnicos efetivos, os quais, daqui a 5 ou 10 anos, estarão respondendo por decisões que foram tomadas no passado, deixando de lado uma câmara política, que é o papel do COLIT. Essa câmara técnica foi criada com o intuito de auxiliar o COLIT nas decisões que ele vinha tomando. Embora tenha ocorrido uma alteração na resolução, modificando algumas questões do COLIT e também alterando as exigências técnicas da própria CT-GERCO.

Durante a implementação dessa câmara técnica, houve uma mudança na governança que rompeu com os trabalhos que estávamos realizando. O que vamos perceber é que isso dificultou os trabalhos da gestão ambiental no Estado do Paraná. Isso precisa ser muito bem averiguado, visto que estamos nesta reunião por conta de uma determinação do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Felizmente, o TCE reconhece a importância da câmara, e teremos um trabalho árduo para colocar em dia as informações de auditoria que eventualmente decorram dessa demanda. Portanto, estamos aqui por causa dessa convocação do TCE, a quem será encaminhada a memória dessa reunião, que ficará anexa também à decisão judicial do TCE. Além do sumário executivo, também realizamos a capacitação do termo de adesão de gestão de praias, junto ao CT-GERCO nacional, do qual eu também era membro. Também formamos um Grupo Técnico (GT); todos esses produtos e subprodutos são resultados de GTs.

Realizamos reuniões, inclusive com o Jean do IAT, sobre a PR 405, pavimentação, que também já foi discutida nesta câmara técnica, e vários encaminhamentos foram feitos. Portanto, precisamos também recuperar esses encaminhamentos. Finalmente, tínhamos dois assuntos de enorme importância: os empreendimentos da Ponte de Guaratuba e da Orla de Matinhos. A engorda de Matinhos nunca conseguiu ser pautada nesta CT-GERCO, houve resistência e também não tínhamos fôlego suficiente. No entanto, conseguimos pautar a Ponte de Guaratuba por meio de uma agenda em que realizamos 3 reuniões extraordinárias, as quais não foram registradas na página da CT-GERCO, mas o Ministério Público possui as memórias dessas reuniões. Essas reuniões extraordinárias foram organizadas com a perspectiva de acompanhar o trabalho de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que veio de outro estado para executar o EIA. Encontramos uma série de inconsistências, déficits técnicos e falta de conhecimentos em relação a diversas situações. A Ponte de Guaratuba, portanto, apresenta uma série de atropelos do ponto de vista técnico. Tivemos, então, a situação de alguns questionamentos, nos quais enfrentamos muitas dificuldades em obter as respostas. Chegamos a planejar o que seria a 4ª reunião extraordinária, mas fomos impedidos de alguma maneira, ou desestimulados, a continuar com a CT-GERCO. Foi aí que os trabalhos da CT-GERCO foram interrompidos, e agora estamos retomando. Fico à disposição para que, caso esse material seja necessário pelo Tribunal de Contas ou por alguma auditoria, eu possa disponibilizar esse pequeno dossiê.

O membro do CEDEA, Luiz Arthur, então toma a palavra e diz que os estudos devem passar pela câmara, e a câmara decide, sim, e depois encaminha a decisão interna para a decisão do COLIT.

O Professor Daniel então corrige, dizendo que o melhor termo seria: "ela se manifesta" e encaminha sua manifestação ao COLIT.

Luiz Arthur, membro do CEDEA, insiste e diz que a câmara decide também. Ela decide internamente no encaminhamento e, então, o COLIT delibera. Assim como pode decidir sobre outros órgãos, como o comitê de bacias e a CEMA, informando que a câmara tem essa função integrada.

O Professor Daniel agradece a participação do membro do CEDEA e informa que, realmente, a câmara tem esse papel técnico na governança ambiental e, com base em legislações pertinentes, analisa os processos e auxilia o COLIT.

Daniel continua a sua fala: Então, apesar das alterações na resolução que mencionei anteriormente, em 2019, no início dos trabalhos da atual SEDEST, já tínhamos uma nova configuração sobre as decisões do ponto de vista ambiental e costeiro no Paraná, mas isso se fragilizou. O próprio COLIT deixou de se reunir de maneira diária. A CT-GERCO deveria ter reuniões trimestrais, o que ocorreu por um tempo, durante aproximadamente dois anos. Tivemos o evento da pandemia, seguimos de maneira remota e, daí, entramos nas discussões sobre a Ponte de Guaratuba, que chegou muito perto de um desfecho, mas não conseguimos finalizar. Antigamente, quem liderava as reuniões sobre esse tema era o Ministério Público Estadual, e hoje não contamos com o MP. Por isso, acho importante que nos esforcemos para que eles estejam presentes. Encerrando esse relato rápido, com um monte de informações, acredito que a proposta da reunião de hoje seja reativar a câmara, como solicitado pelo Tribunal de Contas, mas não adianta reativarmos se for para colocá-la nos trilhos de inadequação. Precisamos respeitar a legislação. Embora a estratégia de mandato hoje seja tomar decisões sem tramitar pelos fluxos e instâncias adequadas, devemos nos esforçar para mostrar que existe um fluxo que vai além da propaganda política. As licenças continuam sendo emitidas, mas não há o devido debate técnico correspondente.

O membro Luiz informa que o que existe no litoral do Paraná é cumulativo; vários licenciamentos são cumulativos, como os parques nacionais, os parques estaduais, as comunidades indígenas. Portanto, é necessário saber lidar com essas questões cumulativas, sem separar os licenciamentos. O Paraná vem de uma prática de separar os licenciamentos, e não de fazer um licenciamento cumulativo. Um exemplo disso está acontecendo com as PRs, que passam costeando o litoral e isso já deveria ter sido encaminhado para o COLIT, mas isso é um outro debate. A questão é que o licenciamento deve ser cumulativo, deve ser cumulativo com a ponte, com a estrada, com a restinga. Não é possível, hoje, fazer um licenciamento que não seja sinérgico, pois isso afetará as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas, todas as

unidades de conservação federais, estaduais e particulares, como as RPPNs. Precisamos entender que esta câmara técnica é extremamente científica. Ela vai estudar, buscar na universidade, buscar pessoas com a devida adequação e conhecimento sobre o meio ambiente e as questões humanas. Então, é nesse sentido. A reativação dessa câmara, feita pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, foi provocada pela nossa entidade, pois o coordenador da câmara da UFPR pediu várias vezes a reativação e sempre foi negada. Isso é um absurdo do que o estado fez, e a partir de agora gostaríamos de seguir no caminho certo, para o desenvolvimento humano, social, cultural e ambiental, que é a função desta câmara.

Pede a palavra o membro Jackson, representando a AMLIPA. Segundo Jackson, ele entende perfeitamente o representante do CEDEA, mas, por outro lado, também tem o seguinte a dizer sobre alguns processos de licenciamento ambiental. Ele entende que o momento de avaliarmos essas questões é nas audiências públicas, pois elas foram feitas para isso. Se existe a possibilidade de sinergia entre todos os empreendimentos que já existem e os que estão por vir, ele não tem dúvida de que isso deve ser discutido e questionado nas audiências públicas, que é o lugar correto para isso. Outra questão que ele gostaria de chamar a atenção, até mesmo por questões ideológicas e não só técnicas, são os conflitos de interesse. Isso também deve ser observado com cuidado em todas essas questões. O que motiva, muitas vezes, as inúmeras judicializações que temos hoje em quase todos os processos de empreendimentos no litoral do estado do Paraná.

Jackson: Entendo que a CT-GERCO pode promover uma reconciliação entre todos os atores, e não cismar ou provocar separações. Se for necessário, podemos trazer setores de notório saber, de outras universidades, de outros centros de pesquisa, que também podem atuar como auxiliares dos nossos técnicos. Acredito que isso é salutar — é assim que funciona em qualquer banca de TCC, dissertação de mestrado ou doutorado, onde há um convidado para avaliar o trabalho. Isso também pode ser feito aqui. Percebo que, às vezes, nos concentramos demais em determinados temas, mas precisamos ter um olhar diferenciado, dentro de uma perspectiva realmente conectada com quem está lá, no território, de quem mora lá, de quem vive o dia a dia, enfrentando questões e problemas relacionados à mobilidade, segurança, educação. É

notório que o nosso litoral é uma das últimas porções mais bem preservadas da Mata Atlântica, e queremos manter isso — mas não necessariamente ao custo de inviabilizar projetos estruturantes. O ideal é que esses projetos contribuam para a preservação e a manutenção desses sistemas. Porque, por outro lado, as coisas continuam acontecendo, seja de forma oficial ou pela própria necessidade das populações, como as ocupações irregulares sobre áreas de manguezal, locais sem saneamento básico, entre tantos outros problemas complexos que afetam o litoral do estado. Por isso, é fundamental termos esse olhar diferenciado, buscando a integração entre todas as partes — e não um cisão, que resulta em múltiplas judicializações. Mas, mais uma vez, é preciso ter muito cuidado com as questões ideológicas, refletir até que ponto essas questões possam estar interferindo em algo que, na verdade, é uma demanda de estruturação. Uma estruturação que nos faltou por muitos anos, mas que agora começa a chegar. Tudo isso está diretamente associado à realidade dos municípios que contam, basicamente, com a temporada de veraneio como única oportunidade significativa de geração de renda para o restante do ano. Ou seja, se não há infraestrutura que garanta sustentabilidade econômica para além do período de veraneio, o ser humano vai se virar como pode.Se ele precisar cortar palmito, ele vai cortar palmito. Se precisar pescar fora da época permitida para alimentar a família, ele vai pescar — mesmo com todos os mecanismos de fiscalização e policiamento atuando na região.

Prof. Daniel: É importante o Jackson trazer essa questão, ainda mais representando o município. Só gostaria de esclarecer que a composição da CT-GERCO é espelhada no GERCO convencional, e nela não está escrito "sociedade civil" ou "UFPR", está escrito "ensino superior". Assim como acontece no COLIT. Mas é fundamental que as outras instituições também se manifestem. Outro ponto é o "cisma" — e eu concordo com o que foi colocado. Acho que, no fundo, vocês estão falando a mesma coisa, porque existe, sim, um licenciamento cumulativo, e o que buscamos é justamente integrar o que está sendo tratado de forma separada. Essa separação tem sido, inclusive, a postura adotada pelo atual mandato do Executivo. Temos hoje licenciamentos portuários, de terminais em Pontal, há toda uma faixa de infraestrutura sendo licenciada... são diversos processos em andamento. E o problema, Jackson — e aqui eu concordo contigo — está na ausência de um instrumento de ordenamento integrado. O

Gerenciamento Costeiro visa justamente à elaboração de um Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) costeiro, que inclua as áreas das baías, manguezais, foz dos rios costeiros — tudo isso com o objetivo de termos um documento que ofereça segurança jurídica, inclusive para o próprio IBAMA. Caso contrário, entramos numa lógica de improviso — e o improviso, somado ao autolicenciamento, cria um vício bastante delicado, que precisa ser bem avaliado. Não somos nós que avaliamos formalmente esses processos, mas, se identificarmos inconformidades técnicas, é nossa obrigação apontá-las.

Jackson: É, então, sobre a questão do autolicenciamento... sempre vai haver a provocação sobre quem é, de fato, o órgão licenciador. No caso mais específico, do Instituto Água e Terra (IAT) e da Orla de Matinhos, houve uma consulta à Secretaria de Meio Ambiente sobre quem deveria licenciar. O IBAMA respondeu: “Olha, IAT, é você.” Mas aí fica a pergunta: quem vai licenciar, se um órgão está jogando a responsabilidade para o outro?

CEDEA: Infelizmente, a justiça determinou que o IBAMA licenciasse né.

Jackson: Então, a primeira coisa a ser observada são os limites municipais — o uso e a ocupação do solo, a ocupação territorial. O Plano Diretor já passou por muitas avaliações e audiências públicas. A população também quer que o seu território se desenvolva.

Professor: Jackson, estou de acordo. Mas é importante lembrar que os ritos dos licenciamentos têm um momento de origem, e a função desta CT é justamente qualificar os termos de referência. A partir disso, conduzir o processo da forma mais adequada possível, com base no maior conhecimento técnico disponível e com a participação efetiva das instituições envolvidas. Quando não reconhecemos essa origem técnica — ou seja, quando os termos de referência não são bem fundamentados —, precisamos, de fato, investigar o motivo pelo qual algum órgão preferiu tomar um atalho para emitir a licença. Então, aqui, o que estamos fazendo é reconhecer o que precisa ser aprimorado para melhorar os próximos passos.

Jackson: Perfeito, eu não tenho dúvidas que estamos aqui para fazer o melhor possível.

Professor: Gostaria de saber se alguém que está participando de forma remota gostaria de fazer alguma consideração, para que possamos seguir para o próximo momento da reunião.

Giovanna: Se alguém que está participando remotamente quiser falar alguma coisa ou dar sua opinião, estamos abertos e aguardando.

Felipe (SPU): Queria só acrescentar o que o Jackson mencionou. Quando assumi o cargo e passei pela capacitação interna aqui no Paraná, isso foi muito enfatizado para mim, especificamente no caso do TAGP (Termo de Adesão à Gestão de Praias). O enfoque foi claramente de gestão educativa e não punitiva, justamente para tentar chegar a um acordo, ouvindo todas as partes e todas as instituições, desde que houvesse o cuidado de que estou observando no COLIT, que estou conhecendo agora. Ou seja, dar voz e espaço para as instituições de ensino, organizações não governamentais e a população, reforçando a necessidade de ouvir as comunidades locais. Isso ajuda a evitar o que o Jackson mencionou, essa separação, esse "cisma". Até o TAGP passou por um intervalo entre o final do governo da União anterior e o início deste, o que causou um vácuo. Mas, quando retornou, voltou justamente com essa intenção de considerar perspectivas diversas e buscar a melhor solução, sempre dentro de uma abordagem educativa, com foco na educação, para evitar as questões judiciais.

Professor: Só lembrando que no dia 25/09/2019, essa CT, no seu primeiro ano de trabalho, trouxe a SPU para uma capacitação no TAGP, e isso já faz 6 anos, né? Então, essa descontinuidade acaba prejudicando. Quando queremos qualificar os processos, não podemos interrompê-los. São questões para pensarmos juntos sobre como abordar e dar continuidade a esses temas.

Felipe (SPU): Até queria reforçar isso. Uma questão muito falada, e que não está necessariamente prevista ainda, mas que seria preferencial, é sobre o que você mencionou em relação aos órgãos de carreira e servidores, justamente para não perdermos essa memória.

Achei importante frisar isso, porque, quando estamos falando da linha de frente, por exemplo, nas prefeituras, quando temos pessoas da casa, há uma diferença no cuidado com o que já foi feito e no registro desse trabalho. Isso é importante, até como exemplo do próprio Pontal, que destaca essa questão. Se não for possível ter um servidor efetivo como titular, que seja como suplente, para facilitar e evitar que esses lapsos e vazios aconteçam no futuro.

Professor: Aproveito para lembrar que a Lei Complementar 140 visa estabelecer critérios para as conexões federativas. E o nosso litoral sempre vai precisar dessa amarração.
Pessoal, temos muitos assuntos a tratar — melhor dizendo, teremos muitos assuntos para discutir —, mas agora, atendendo à nossa pauta, que foi puxada pela Secretaria Executiva do COLIT, vamos escolher quem irá presidir a Câmara e as suas sessões. A presidência não está acima da Secretaria Executiva, mas é uma presidência plena das atividades. Ela trabalha muito próxima da COGERCO, que hoje é a Secretaria Executiva que coordena, mas seria uma figura efetiva dentro do COLIT, voltada especificamente para o GERCO. O COLIT tem uma atribuição muito mais ampla em relação à zona costeira, sendo o GERCO apenas uma parte, focada na gestão da zona costeira. O COLIT cuida dessa figura da COGERCO, garantindo uma boa construção de agenda, espelhando o que seria o GERCO nacional. Portanto, hoje, a presidência da CT assume um papel de agendamento de reuniões e demais encaminhamentos. Eu sou muito a favor de mudanças de ciclos. Então, hoje estou como presidente da CT-GERCO, mas estou deixando a presidência neste momento. Continuarei como conselheiro, mas não mais como presidente da câmara. Nesse sentido, entrando no segundo ponto da pauta da nossa reunião, precisamos definir como vamos fazer essa escolha.

A secretária executiva do COLIT, então, segue para o segundo ponto da pauta da reunião, informando que caso haja mais de um candidato com interesse, iremos seguir para a votação, que será feita de forma anônima, via Google Forms.

Jackson informa que, se sente mais confortável se, em um segundo momento, pudermos fazer a votação. Caso haja mais de um candidato, seria interessante fazer uma avaliação do perfil dos candidatos para, posteriormente, realizar a votação.

A Secretária Executiva concorda com Jackson.

Professor: Então, temos duas sugestões aqui. O Jackson sugere que tenhamos uma apresentação breve, de 2 minutos, para que os candidatos possam explicar sua trajetória, seu vínculo com o assunto e seu interesse. E a Giovanna trouxe a proposta de fazermos um voto secreto. Como seria isso, Giovanna?

Giovanna: Então, seria via Google Forms. Eu criaria o formulário, colocaria os dois candidatos e deixaria não obrigatório preencher o e-mail e telefone. Dessa forma, as respostas chegariam de maneira anônima. Isso seria feito depois, juntamente com o encaminhamento dos currículos dos candidatos.

CEDEA: Então, os candidatos se apresentam hoje, falam um pouco sobre sua experiência e enviam os currículos para a Giovanna, para que ela possa distribuir aos membros, juntamente com o link de votação.

Professor: Alguém do remoto tem alguma dúvida ou sugestão? Daqui a pouco chamaremos os interessados. Estamos construindo os critérios agora, porque na vez anterior foi uma decisão breve e rápida; eu me coloquei à disposição e o nome saiu rapidamente. Hoje, estamos vivendo uma outra situação. Então, alguém tem alguma sugestão antes de chamarmos os candidatos interessados?

Juliano da FUNAI, diz que pensa que seria prudente verificarmos antes, se temos mais de um candidato. Se tivermos mais de um, então seguimos com o procedimento que está sendo proposto. Mas, se não tivermos mais de um candidato, talvez já possamos resolver isso nesta reunião.

Todos concordam.

Professor: Então, já que todos estão de acordo, passamos agora para o momento de manifestação de interesse. Podemos então abrir para eventuais inscritos.

Luiz Arthur, representante do CEDEA, se coloca a disposição.

Jackson, representante da AMLIPA, se coloca a disposição.

Professor: Já que temos dois candidatos, vamos seguir com o processo eleitoral. Agora, neste momento, como foi sugerido, teremos uma breve apresentação dos candidatos. Arthur, contigo. Como você se candidatou primeiro, pode iniciar sua apresentação.

Luiz Arthur, representante do CEDEA, realiza uma breve apresentação e, posteriormente, **Jackson**, representante do AMLIPA, realiza uma breve apresentação do seu currículo também.

Professor: Obrigada, Jackson. Obrigado aos dois pela breve apresentação, muito bem colocada do ponto de vista da reunião. Depois, aguardamos um documento de base. A gente gostaria agora de sugerir que isso seja feito com certa brevidade, de modo que a agenda da CT-GERCO já possa começar a ser executada, para vencermos uma série de assuntos.

Giovanna: Então, vamos deixar até terça-feira, dia 22/04, o prazo para os candidatos enviarem os currículos. Na quarta-feira, a gente envia o formulário de votação junto com os currículos para os membros, dando um prazo até sexta-feira, dia 25/04, para a votação.

CEDEA: Eu faço uma proposta para a comissão eleitoral: dois servidores, Paulo Roberto Castella, no COLIT, e Giovanna, e também você, professor, como coordenador. Pode ser, Giovanna?

Giovanna: Pode ser. Castella está na reunião?

Castella: Bom dia

Professor: Bom dia, nós estamos aqui resolvendo a questão eleitoral da CT-GERCO. A sugestão é que eu, você e a Giovanna formemos a comissão eleitoral, com os candidatos Arthur e Jackson. Tudo bem da sua parte?

Castella concorda com a sugestão.

Professor Daniel: Perfeito. E o cronograma é o seguinte: na terça-feira será o envio dos documentos de apresentação, na quarta-feira a abertura do formulário, e o encerramento será às 12h de sexta-feira. Todos estão de acordo? Vamos fazer uma votação para aprovação do processo eleitoral. Quem estiver contrário, se manifeste.

Como não houveram manifestações, foi aprovado por unanimidade o processo eleitoral do presidente da CT-GERCO.

A Secretária Executiva então, segue para o próximo item da pauta, que seria a deliberação de processos e matérias a serem analisadas. O que não conseguiremos fazer hoje, visto que é necessário o presidente eleito, e também para não tumultuar o processo eleitoral. Passamos para assuntos gerais?

Professor Daniel: Então, a tribuna está livre, pessoal. Quero muito incentivar todos os participantes a trazerem suas questões técnicas. Nós temos aqui um grupo qualificado, e essa CT tem como missão qualificar os processos decisórios, tirar do calendário eleitoral aquilo que é de interesse do litoral, dentro dos instrumentos de ordenamento, e assim colocar esses instrumentos para funcionar, para que possamos sempre aprimorar o GERCO. Tenho certeza de que todos aqui sabem disso — sabem que essa câmara é consultiva, não política, e que tem como objetivo qualificar os processos dentro do melhor cenário disponível, considerando os diferentes olhares e perspectivas das instituições envolvidas. Bom, passando para os assuntos gerais, a tribuna está livre. Fiquem à vontade para se manifestar, caso queiram.

CEDEA: Só uma coisa, corrigindo: ela é consultiva, sim, mas também delibera. Os órgãos que decidem sobre os encaminhamentos da CT podem ser o Conselho do Litoral, o Comitê de Bacia Hidrográfica e até o CEMA. Então, ela delibera, sim, internamente.

Professor: É isso, muito bem colocado. Funciona assim: cria-se um Grupo de Trabalho (GT) para determinado assunto, e, conjuntamente, quem tem interesse e conhecimento no tema participa de uma série de reuniões extraordinárias. Normalmente são pelo menos 2, 3 ou até 4 reuniões do GT. Por exemplo, na pavimentação de Guaraqueçaba, foi o Jean que puxou — tivemos 3 reuniões. A Ponte de Guaratuba estava prevista para uma quarta reunião, mas ela não aconteceu. Então, tudo fica registrado, sempre com o objetivo de qualificar o processo. E, assim, mais um ponto antes de encaminharmos para o encerramento: nós temos, principalmente na prática, a obrigatoriedade de construir bons Termos de Referência — bons no sentido de serem adequados para o Estado, e não apenas conforme o interesse do governo atual, que pode mudar bastante. Também precisamos dar continuidade ao Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC. Ele já conta com um sumário executivo que foi construído por esta câmara após diversas reuniões. Hoje, esse sumário executivo já é um documento oficial do COLIT/CT-GERCO, que tem como objetivo orientar esse processo. E nós estamos sempre à disposição.

Luiz Arthur, levanta a questão dos Planos Diretores também, que ainda não absorveram essas diretrizes, o que é uma problemática. Professor Daniel diz que, sobre os planos diretores, é importante colocar que a CT-GERCO não entra tão de cabeça nesse assunto. E Luiz Arthur complementa dizendo que o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC, orienta os planos diretores e o professor concorda.

Professor: Bom, pessoal, mais uma vez, eu agradeço. Eu teria muito mais assuntos aqui, mas fico à disposição dentro de agendas formais e transparentes para seguir nessa luta.

CEDEA**:** Só uma coisa, esse negócio da ANTAQ não indicar ninguém, isso teria que ser comunicado ao presidente da ANTAQ, porque como o local declinou, precisa oficializar o

presidente. Agora está havendo um vácuo de um representante. Então, tem que oficializar o presidente da ANTAQ com a decisão do TCE. Todo mundo concorda?

Jackson: Eu ainda tenho dúvidas, assim, porque isso foi encaminhado para a ANTAQ e aí o que o ministério vai fazer? Vamos encaminhar ao ministério e daí o ministério vai olhar e falar assim, quem faz isso é a ANTAQ, vou mandar para a ANTAQ. Como o ofício foi direto para a ANTAQ e a ANTAQ tem um presidente...

CEDEA: Ele não foi direto para o presidente, foi para um e-mail da ANTAQ local. Tem que mandar para a presidência.

Jackson: Ah, perfeito. Acho que antes de acabar o expediente seria bom nós avaliarmos as atribuições do representante da ANTAQ aqui. Se tem essa possibilidade legal de não estar presente.

CEDEA: Eu já verifiquei, Jackson. Foi enviado para a ANTAQ daqui, o servidor local recusou. A hierarquia da decisão é de Brasília.

Castella: Justamente essa da ANTAQ. Tem uma superintendência aqui que declinou dizendo que o Porto de Paranaguá representaria muito bem o setor portuário dentro da CT-GERCO. Isso que eu acabei também levando em consideração, fazer a troca. Coloca o IPHAN que está fora e é importantíssimo, tem se questionado muito ao IPHAN sobre os licenciamentos. A ANTAQ vai justificar para o chefe dele lá em Brasília que tem o Porto de Paranaguá. Então acho que a gente tem que dar uma pensada nisso e incorporar o IPHAN.

Jackson: Eu tive a oportunidade de interagir quando estava na iniciativa privada, com a ANTAQ, e a partir do momento que o porto público ou privado tem o contrato de concessão junto com a ANTAQ, são feitos os relatórios de carga e descarga. Então basicamente, é isso. O porto público ou privado vai requerer a concessão para atividade portuária e a partir do momento que tem essa concessão, ela tem a tipologia, se é carga geral, cargas múltiplas, etc., e a atracação de

carga ou descarga, desse porto, tem que informar à ANTAQ. Então basicamente, ela gerencia a carga e descarga, navios de origem. São relatórios mensais, e é isso. O processo mais importante da ANTAQ, do meu ponto de vista, é a concessão da atividade portuária.

Professor: Eu penso que a gente deve se debruçar um pouco mais e insistir, pois a ANTAQ pode ser importante no sentido de montar um termo de referência para hidrovias, por exemplo.

Jackson: Bom, nós temos que estudar essa matéria, porque não sei se a ANTAQ atua nessa questão específica do varadouro ou se seria outra instituição. Basicamente, para o transporte aquaviário, talvez tenha uma questão de grande porte, etc.

Professor: Acho que a câmara precisa estudar e se debruçar sobre essas questões específicas. A gente não tem todas as respostas, mas podemos ir atrás delas. Bom, eu vou fazer uma fala de encerramento, se todos estiverem de acordo. Alguém mais gostaria de se manifestar?

Como não houveram mais manifestações, a reunião se encerrou às 11 horas e 7 minutos, do dia 15 de abril de 2025.